

O IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO: O ATOR DESCONHECIDO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

THE AUSTRO-HUNGARIAN EMPIRE: THE UNKNOWN ACTOR OF THE FIRST WORLD WAR

João Fábio Bertonha*

Resumo: Um dos atores fundamentais da política europeia nos séculos XVIII a XX foi o Império austríaco, transformado no Império Austro-Húngaro em 1867. Esse Estado é tradicionalmente ignorado, especialmente em livros publicados em língua portuguesa, enquanto participante do sistema europeu daquele período. Esse artigo procura avançar na direção da superação dessa lacuna, abordando a história desse Estado durante o longo século XIX e tentando destacar a sua importância enquanto participante do ciclo de decisões e interpretações que levaram à eclosão da Primeira Guerra Mundial e nas ações militares durante o conflito.

Palavras-chave: Áustria-Hungria, Primeira Guerra Mundial, Habsburgo, relações internacionais europeias.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com Pós Doutorados pela Università di Roma (2010-2011) e pela USP (2012) e o título de Livre Docente em História (USP, 2014). É professor de História (graduação e pós graduação) na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil e pesquisador do CNPq, com bolsa produtividade. Email: fabiobertonha@hotmail.com

Abstract: One of the key players in the European system in the last two centuries was the Austrian Empire, transformed into the Austro-Hungarian Empire in 1867. Austria-Hungary is traditionally ignored, especially in books published in Portuguese, as one of the European Powers, which could be defined as a misunderstanding related to the collapse of this State and society after 1918. This paper aims to fill up this gap, addressing the history of the Austro-Hungarian State during the “long” nineteenth century and trying to highlight its importance as a participant in the cycle of decisions, interpretations and misinterpretations that led to the outbreak of the First World War and in the battles and other military actions during the conflict.

Keywords: Austria-Hungary, First World War, Habsburg, European international relations.

I. POSSIBILIDADES

INTRODUÇÃO

O imaginário coletivo a respeito das guerras mundiais, especialmente na Europa e nas Américas, é muito condicionado pela memória de cada país e pela produção cultural que a acompanha. Não espanta, dessa forma, que o segundo conflito mundial seja recordado, no imaginário ocidental, como uma luta exclusiva dos “mocinhos” americanos contra os “bandidos” alemães quando foi o Império Britânico que sustentou sozinho a luta por vários anos e quando foi a URSS que efetivamente derrotou os Exércitos de Hitler. Isso não significa diminuir a importância da colaboração dos EUA para a causa aliada, mas o fato é que existe uma abordagem diferenciada, que privilegia o lado americano, até porque Hollywood e alguns dos principais produtores culturais do Ocidente estão naquele país.

No tocante à Primeira Guerra Mundial, o mesmo pode ser dito. O imaginário da maior parte do Ocidente a respeito desse conflito recorda a guerra de trincheiras, ou seja, a luta sem fim entre franceses, alemães, britânicos, belgas e outros na longa faixa entre o Mar do Norte e a Suíça. Em certo sentido, nada mais natural, pois foi nesse cenário que se delineou um tipo de guerra extremamente mortífera, brutal, industrializada e, até então, pouco conhecida e foi essa, sem dúvida, a frente de batalha decisiva do conflito. Recordar a Primeira Guerra Mundial como uma mistura de metralhadoras, morte, lama e gás e como uma luta de Tommies, Poilus e Doughboys contra os Exércitos do Reich alemão não é, em si, algo equivocado.

O problema é quando essa memória se torna única e se esquece que a Primeira Guerra Mundial também teve outros fronts e outros tipos de combate. Nas planícies da Europa oriental, o choque dos Exércitos alemães,

russos e austro-húngaros foi titânico e usou armas e táticas semelhantes às da frente ocidental, mas não de forma equivalente. Na frente italiana, a luta nas montanhas foi a tônica, assim como em parte dos Balcãs, enquanto a guerra no Oriente Médio foi em desertos e áreas desoladas. Turcos, búlgaros, portugueses, italianos, russos e outros povos também lutaram e morreram aos milhões nessa guerra e, no imaginário ocidental, a sua presença é pouco reconhecida.

No caso de alguns países, como a Rússia, Portugal ou a Itália, as historiografias nacionais ainda são capazes de preencher essa lacuna. Ou seja, mesmo que poucos saibam, nos EUA ou na Inglaterra (além dos especialistas), da crucial colaboração italiana para a vitória aliada ou da existência de um corpo expedicionário português na França, essa informação e esse conhecimento estão disponíveis nos seus países, até porque a participação na Primeira Guerra foi crucial na própria formação de suas identidades nacionais.

A situação fica mais complexa quando o Estado participante deixou de existir. Os Impérios alemão, russo ou turco-otomano desapareceram, mas outras entidades estatais herdaram a sua história ou memória. Houve, contudo, um ator fundamental da guerra, o Império Austro-Húngaro, cuja continuidade histórica foi apenas parcialmente mantida. As atuais Áustria e Hungria e alguns dos Estados sucessores do Império (como a República tcheca ou a Eslováquia) podem estudar a história desse Império e se reconhecer nele, mas de uma forma muito menos intensa do que nos outros casos. Isso talvez tenha colaborado para tornar a participação austro-húngara na guerra menos conhecida – especialmente para o público não especializado fora desses países – do que deveria.

Isso é espantoso quando nos recordamos que o Império foi ator fundamental, em termos militares, em três das frentes mais importantes (a italiana, a oriental e a balcânica) do conflito. E ainda mais quando sabemos que foi uma decisão do Império Austro-Húngaro, a de declarar guerra à Sérvia em 1914, que levou ao início das hostilidades. Um ator crucial, cujas decisões, ações e limitações foram fundamentais para que o conflito se desse e para que tivesse o fim que conhecemos. É a história desse Estado, desse personagem fundamental, mas relativamente esquecido, das relações internacionais europeias no período pré-1918 que esse artigo procurará, dentro dos limites impostos pelo espaço, abordar.

Dada a profunda carência de textos em língua portuguesa que abordem o tema do Império Austro-Húngaro¹ esse artigo será mais narrativo e menos analítico e se baseará centralmente em fontes secundárias². Claro que apenas uma parte menor da enorme bibliografia disponível em outros idiomas será citada e que a abordagem do texto será mais generalista do que o desejável, mas são essas questões menores quando seu objetivo central é apresentar uma realidade praticamente desconhecida a um público maior.

O IMPÉRIO AUSTRIACO: UM ATOR FUNDAMENTAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUROPEIAS

Uma das entidades políticas mais curiosas a sobreviver à modernidade liberal-capitalista do século XIX europeu foi o Império Austro-Húngaro (*Österreichisch-Ungarische Monarchie*). Surgido a partir do compromisso do antigo Império austríaco com a Hungria em 1867, ele era, na verdade, a última expressão institucional de uma unidade política construída pelos Habsburgo desde o ano de 936. Esses, por um milênio, acumularam terras e expandiram suas fronteiras até a derrota militar e consequente dissolução do Império, em 1918.

Defini o Império utilizando o termo “curioso” no primeiro parágrafo simplesmente porque, numa era marcada pelo nacionalismo exacerbado e pelo avanço da sociedade capitalista e liberal, a simples existência de um Estado multinacional e com um imperador e rei que concentrava imensos poderes parece um anacronismo, uma estrutura dos séculos XVII ou XVIII perdida na era contemporânea.

Desde o início da era moderna, os Habsburgo e suas inúmeras possessões foram um ator fundamental no sistema europeu. A partir de suas origens na Suíça e na Áustria, a casa dos Habsburgo conseguiu, através de um complexo sistema de alianças matrimoniais, acordos e guerras, exercer o domínio sobre um vasto número de territórios que, nos séculos XVI e XVII, incluíam a Península Ibérica (e suas colônias americanas) e boa parte das atuais Itália e Alemanha, além de outros territórios nos Balcãs e no Mediterrâneo.

Já nesse momento, contudo, a dinastia dividiu seus territórios entre os Habsburgo espanhóis (que se extinguíram em 1700) e os austríacos, os quais conservaram o título de imperador romano-germânico. Os Habsburgo austríacos tinham seu núcleo de poder no que hoje são as modernas Áustria e Boêmia, mas projetavam sua força também em partes da península itálica e da Alemanha. Além disso, aos poucos, o ramo austríaco reforçou a sua posição na Hungria e participou das partições da Polônia. Desde o século XVI, assim, foi se formando uma entidade específica, a Monarquia austríaca, que foi um ator importante na guerra e na paz europeias entre os séculos XVI e XVIII.

Os “austríacos”, assim, combateram na guerra dos 30 anos na Alemanha (1618-1648), enfrentaram os turco-otomanos (1683-1699) e foram participantes ativos em conflitos como a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e em vários outros. As aspas devem ser usadas, contudo, pois não havia um Estado unificado, mas uma coleção de Reinos, Principados, ducados e outras entidades que eram apenas governados a partir da Áustria e, geralmente, na órbita do Sacro Império Romano-Germânico.

O Império austríaco (*Kaisertum Österreich*) em si foi proclamado apenas em 1804, como um Estado que unia as possessões do Imperador Franz II

dentro e fora do Sacro Império Romano-Germânico. Foi uma atitude reativa frente à criação, por Napoleão Bonaparte, do Império Francês, no mesmo ano. Em 1806, quando o Sacro Império foi dissolvido, os Habsburgo abandonaram o título de Imperadores romano-germânicos, os quais eles detinham desde 1440, e assumiram o de Imperadores da Áustria.

Os primeiros anos do Império foram de recuos e derrotas. Desde o início da Revolução Francesa, em 1789, Viena se opôs aos revolucionários e participou de várias das coalizões anti-francesas. Em 1805, ele se uniu à terceira coalizão contra a França e seus aliados alemães, tendo sofrido as devastadoras derrotas de Ulm e Austerlitz. No mesmo ano, pelo tratado de Pressburg, a Áustria perdeu territórios e poder dentro da Alemanha.

Em 1809, ela entrou na quinta coalizão anti-napoleônica e foi novamente derrotada, sendo obrigada a ceder novos territórios e a aceitar uma posição de satélite francês. Apenas com a derrota do Exército francês na Rússia e maciço apoio financeiro britânico é que a Áustria animou-se a atacar novamente as tropas napoleônicas, em 1812. Três anos depois, Napoleão era derrotado e os austríacos estavam entre os vencedores, mas claramente tinham sido secundários nessa vitória, especialmente em comparação com os russos e os britânicos.

No Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, a ordem europeia foi redefinida. O Chanceler austríaco Metternich conseguiu incluir a enfraquecida Áustria num novo sistema pelo qual as cinco grandes potências europeias (Áustria, Prússia, Rússia, Reino Unido e França) manteriam a paz na Europa através do equilíbrio de poderes e, acima de tudo, de um consenso conservador entre as elites dominantes³. A Áustria, nesse contexto, não apenas foi ampliada territorialmente (especialmente na península itálica), como se tornou um baluarte do conservadorismo e da luta contra o liberalismo e a democracia, recuando até mesmo dos ideais iluministas de vários dos seus imperadores do século XVIII.

Não espanta, dessa forma, que, para os adeptos do Risorgimento italiano, por exemplo, a luta contra a dominação austríaca não significava simplesmente uma oposição entre uma Nação italiana contra uma “Nação austríaca”, que, aliás, não existia. O nacionalismo italiano era uma forma de lutar contra a dominação de uma entidade considerada reacionária, atrasada e que sufocaria as liberdades e o progresso dos italianos, a serem recuperados num novo Estado. Não espanta, igualmente, que, na “Primavera dos Povos” em 1848, os territórios austríacos na Itália, na Boêmia, na Hungria e em outros locais tenham sido especialmente afetados, sendo necessária a intervenção de tropas russas para ajudar a sufocar as rebeliões, especialmente na Hungria⁴.

No início dos anos 1850, a situação interna e externa parecia sob controle. Um misto de repressão e algumas concessões tinha permitido ao Império recuperar o controle dos acontecimentos e a sua posição como potência

dominante na Alemanha e na Itália parecia consolidada. O processo de criação dos Estados nacionais alemão e italiano, contudo, estava em processo e ele só podia ser atingido às custas de Viena e pela força militar, o que aconteceu na década de 1860.

Depois de ter colaborado com os prussianos na manutenção da ordem pós-napoleônica nos Estados alemães por décadas, os austríacos acabaram se envolvendo numa guerra contra a Prússia, sendo fragorosamente derrotados na batalha de Königgrätz, em 1866. Áustria e Prússia estavam em rota de colisão há algum tempo para definirem qual seria o Estado que comandaria o espaço de língua alemã e essa derrota marcou a hegemonia prussiana (com a consequente criação do Império alemão pouco depois) e a expulsão definitiva da Áustria de uma posição dominante na região que durava séculos.

O mesmo aconteceu na Itália. Em 1859-1860, os piemonteses, aliados aos franceses, conseguiram derrotar os exércitos imperiais e obrigaram Viena a ceder a Lombardia, além de se apropriarem dos Estados satélites austríacos na Itália central. Já em 1866, os austríacos conseguiram impedir os piemonteses de conquistar o Vêneto, mas tiveram que ceder o território ao Piemonte dentro dos tratados gerais que se seguiram à desastrosa derrota frente aos prussianos. A partir de então, os austríacos foram virtualmente expulsos do espaço italiano.

O impacto de uma derrota tão séria como a de 1866 acabou levando a uma crise política interna que quase levou ao colapso da Monarquia. A alternativa encontrada para evitar isso foi a recomposição com os húngaros, que aumentaram a autonomia que eles já tinham dentro da Monarquia até o ponto de se tornarem um Estado praticamente independente. A partir do Compromisso (Ausgleich) de 1867, o Império austríaco cessava de existir e surgia, no seu lugar, o Império Austro-Húngaro.

Por quase toda a sua existência, o Império teve, como seu imperador, o Kaiser Franz Joseph (1830-1916), o qual reinou como imperador austríaco entre 1848 e 1866 e como imperador da Áustria e rei da Hungria entre 1867 e 1916, data de sua morte. Um império multinacional, no qual alemães e húngaros formavam as nacionalidades política e economicamente dominantes em cada uma das suas “metades”, mas dentro das quais nunca foram demograficamente absolutos. Em 1910, de cada cem austro-húngaros, 24 eram alemães, 20 húngaros, 13 tchecos e eslovacos, 10 poloneses, oito ucranianos (rutênios), seis romenos, cinco croatas, quatro sérvios, três eslovenos, dois italianos e um bósnio, além de outras nacionalidades menores.

O novo/velho ator internacional que surgiu em 1867, dessa forma, era diferente do que o precedeu. Ele continuou a ser um baluarte do conservadorismo, mas cada vez mais permeado pelas forças da democracia, do mercado capitalista e da modernidade em geral. Em plena era dos nacionalismos, ele continuou a ser um Estado multinacional, bem diferente da maioria dos Esta-

dos europeus de então (mais homogêneos em termos de língua, cultura, etc.) e ainda mais complexo pela necessidade de acomodar dois Estados e tantas nacionalidades em uma estrutura central frágil e que se centrava basicamente no binômio Monarquia e Exército. Por fim, era um Estado que reorientou seu eixo estratégico da Itália e da Alemanha para os Balcãs e que ainda se via como uma grande potência, mas que tinha dúvidas sobre a sua posição. Essas ambiguidades serão cruciais nas décadas a seguir e na crise que levou a guerra em 1914.

O IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO: FORÇAS E FRAQUEZAS

Pelos padrões tradicionais, o Império podia ser considerado uma potência mundial ou, no mínimo, europeia. Em termos territoriais, ele era o segundo maior Estado da Europa (621.538 km², atrás apenas do Império russo) e, em termos populacionais, seus mais de cinquenta milhões de habitantes o deixavam atrás apenas dos Impérios russo e alemão. O Exército imperial (*kaiserlich und königliche Armee* ou *k.u.k*), por sua vez, dispunha de uma força de paz de 450 mil homens em 1914, além das milícias das duas partes do Império.

A economia do Império Austro-Húngaro, por sua vez, refletiu a sua posição territorial no centro da Europa e a difusão da Revolução industrial pela mesma. Entre 1870 e 1913, o PIB austro-húngaro cresceu acima dos índices da Alemanha e da Inglaterra, e as redes ferroviária e de comunicações cresceram em ritmo acelerado. As indústrias automobilística, elétrica, química e outras se desenvolveram intensamente, especialmente na parte austríaca, enquanto a parte húngara se tornou uma grande produtora de alimentos⁵. Os anos imperiais também foram de progresso material e de forte desenvolvimento tecnológico, cultural e nas artes, especialmente em Viena⁶. Extenso, populoso, com forças armadas respeitáveis e uma economia em crescimento, o Império Austro-Húngaro poderia se sentir tranquilo ao adentrar o século XX.

O outro lado da moeda, contudo, também existia e era esse lado negativo que preocupava parte da elite austro-húngara. Dada a base de partida inferior, a pobreza e o atraso do Império ainda eram imensos e seriam necessários anos, senão décadas, para que ele atingisse os níveis de prosperidade econômica, densidade de rede de transportes ou capacidade produtiva de países como a Alemanha ou a Inglaterra. O seu sistema econômico, além disso, era desigual, com áreas já essencialmente industrializadas e desenvolvidas, como a Boêmia, ao lado de outras extremamente pobres e atrasadas, ainda que em processo de modernização, como as terras húngaras e a Galícia.

Os dados do historiador Paul Kennedy⁷ são reveladores a esse respeito. Entre 1750 e 1900, a parcela do Império Austríaco/Austro-Húngaro na produção industrial mundial ascendeu de forma quase linear, de 2,9% em

1750 a 3,2% em 1830, 4,2% em 1860, 4,4% em 1880 e 4,7% em 1900. Um progresso evidente, mas, mesmo assim, o índice de industrialização do país ainda era excessivamente baixo para as necessidades de uma potência de primeira linha.

Em 1914, o Produto Interno Bruto do Império Austro-Húngaro era de três bilhões de dólares (valores da época) para 52 milhões de habitantes, o que significava uma renda per capita de 57 dólares. O Império tinha um PIB maior apenas do que o japonês e próximo do italiano, enquanto a Alemanha e o Reino Unido o superavam em quatro vezes e o da Rússia era mais do que o dobro. Em termos de renda per capita, a dos austro-húngaros era maior apenas do que a russa e a japonesa, enquanto a italiana representava o dobro, a alemã o triplo e a britânica o quádruplo. Já a economia da grande potência econômica daquele momento, os Estados Unidos, era doze vezes maior que a austro-húngara, com uma renda per capita quase sete vezes maior. O Império estava, portanto, longe de ser pobre, mas estava claramente inferiorizado, o que afetava a posição internacional e a eficiência militar.

No caso das forças armadas, os problemas iam além da falta de recursos industriais e materiais adequados. O Exército era visto como a grande força com que contava a Monarquia para manter a ordem, a unidade e a estabilidade do país e menos como uma capaz de atuar internacionalmente em defesa dos interesses internacionais do Estado. Dentro do próprio Império, havia muitas forças políticas e sociais que identificavam, nos militares, os baluartes do conservadorismo que se queria eliminar e que se opunham, portanto, a qualquer tipo de medida que pudesse aumentar o poder das forças armadas. Isso levava a uma resistência, nos Parlamentos (especialmente o austríaco), a medidas que permitissem uma maior alocação de fundos aos militares ou ao aumento do efetivo do Exército.

Como consequência, os recursos alocados para o k.u.k eram menores do que os das outras potências europeias, especialmente quando se leva em consideração o gasto per capita. E o Império recrutava uma parte menor dos seus homens disponíveis todos os anos, o que se revelou trágico durante a guerra, quando ficou claro que não havia homens com algum treinamento em número suficiente para repor as baixas de soldados e oficiais em combate.

Além disso, havia uma babel de povos e línguas com que lidar. Em 1906, de cada 1000 recrutas, havia 267 alemães, 223 húngaros, 135 tchecos, 85 poloneses, 81 rutenos/ucranianos, 67 sérvios e croatas, 64 romenos, 38 eslovacos, 26 eslovenos e 14 italianos⁸. Isso não era um problema insuperável, mas dificultava o dia a dia militar em termos de recrutamento e instrução e impunha restrições ou privilégios a certos grupos dentro das forças armadas. O Exército comum, por exemplo, apesar de não ter oficialmente restrições nacionais ou religiosas para o corpo de oficiais (sendo, aliás, bastante tolerante no tocante à minoria judaica), acabava por ser dominado, no alto-comando,

pelos húngaros e, especialmente, pelos alemães⁹.

Outro problema central eram as disputas entre as duas metades do Império, as quais levavam a composições e negociações que diminuíam o potencial militar. Dessa forma, a Hungria exigia, de forma a ressaltar a sua independência, a existência de uma força militar própria, a *Hónved*. A parte austríaca do Império, até pelo necessário equilíbrio, tinha a sua *Landwehr*. Eram forças auxiliares do Exército comum e, em tempos de guerra, o apoiariam. Mesmo assim, representavam um desvio de recursos e recrutas que teriam sido muito mais bem utilizados no Exército comum. Os políticos húngaros, especialmente, eram reticentes a aumentar os fundos e os poderes para o Exército comum, já ele poderia se transformar num instrumento contra a sua independência.

Dessa forma, quando do início da guerra, em 1914, o *kaiserlich und königliche Armee* podia contar com um corpo de oficiais treinado e fiel¹⁰ e um contingente de centenas de milhares de homens, mas com poucas reservas realmente treinadas. Em termos de equipamento, a artilharia austríaca era considerada de primeiro time e a sua infantaria e cavalaria confiáveis. A indústria bélica austro-húngara também estava em franco desenvolvimento, com empresas como a Skoda, a Steyr e outras. No entanto, em termos de novas tecnologias militares, o k.u.k. estava atrás de outras potências, como no caso da motorização das tropas e na aviação¹¹.

O Império tinha, portanto, pontos de força e de fraqueza e foi a partir desses pontos que ele se autoimaginou em termos estratégicos e construiu a sua rede de relações internacionais no meio século anterior à Primeira Guerra Mundial.

A ÁUSTRIA-HUNGRIA E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como já indicado, o Império Austro-Húngaro teve uma trajetória de mais de cinquenta anos. Algumas coisas continuaram mais ou menos imutáveis nesse longo período, como a presença do Kaiser Francisco José no comando do Estado, as contínuas disputas entre alemães e húngaros no gerenciamento do Estado comum e o emergir (e contínuo crescimento) do problema das nacionalidades, que o Império enfrentava com um misto de concessões (especialmente na parte austríaca) e de repressão (especialmente na parte húngara). Algo que também permaneceu, e com força, foi o desejo da elite austro-húngara de permanecer no rol das grandes potências europeias e de garantir a sobrevivência do Império.

Na verdade, em plena era dos imperialismos, as ambições de Viena e Budapeste eram relativamente modestas. Eles não tinham desejos de ampliar ainda mais o território imperial anexando, digamos, a Sérvia ou a Albânia ou reincorporando a Lombardia e o Vêneto. Isso apenas provocaria novos desequilíbrios políticos internos no Império. A única anexação territorial foi a da

Bósnia-Herzegovina em 1878 (formalizada em 1908) e por motivos localizados e conjunturais. Do mesmo modo, em plena era de colonização europeia na Ásia e na África, o Império Austro-Húngaro ficou a parte, considerando que não havia nem razões nem recursos para tais aventuras.

O Império Austro-Húngaro, claro, participava da economia globalizada do século XIX e, foi, aliás, um dos maiores exportadores de mão de obra, com milhões de austro-húngaros emigrando para outros países europeus, como a Alemanha, ou para as Américas (para o Brasil, a Argentina, o Canadá e, acima de tudo, os Estados Unidos). Ele não tinha interesse, contudo, em grandes anexações territoriais que tornariam sua sobrevivência ainda mais complicada.

Isso não significa, contudo, que o Império fosse simplesmente passivo ou reativo. Ele também fazia questão de reafirmar o seu status de grande potência. Em 1900, por exemplo, tropas imperiais participaram da expedição internacional que foi enviada para reprimir a rebelião dos Boxers na China. Apenas quatro navios de guerra e 296 fuzileiros navais frente a uma força que totalizou cinquenta e quatro navios de guerra, 4971 fuzileiros e quase cinquenta mil soldados¹². Uma participação pequena, apenas suficiente para que o status de potência do Império não fosse esquecido.

Do mesmo modo, numa era em que o prestígio internacional de um país era medido, em boa medida, pelo seu poder naval, o Império Austro-Húngaro criou uma Marinha de guerra imponente. A *kaiserliche und königliche Kriegsmarine*, criada em 1867, representava uma força muito superior à antiga Marinha imperial austríaca, a qual já vinha sido modernizada e ampliada em meados do século XIX. Ela participou de missões científicas, como aquela dirigida ao Polo Norte entre 1872 e 1874 e da primeira circunavegação do globo por uma expedição naval austríaca, feita entre 1857 e 1859. Do mesmo modo, a Marinha imperial participou de ações tanto de prestígio, como visitas navais a vários países, como de guerra, como contra os italianos em 1866 e em Creta em 1897.

A prova maior de que a Marinha era vista, essencialmente, como uma forma de confirmar o status internacional de grande potência por Viena foi a sua decisão de entrar na “guerra de encouraçados” no início do século XX. Em termos estratégicos, gastar enormes somas de dinheiro e recursos na construção de uma frota de encouraçados era, provavelmente, um erro. Isso porque a Marinha imperial, aprisionada no mar Adriático, dificilmente conseguiria usar esse instrumento de forma eficiente em caso de guerra, especialmente se a Itália estivesse do lado oposto.

Não dispor de encouraçados de primeira linha, contudo, seria a admissão de um status de potência de segunda classe (não esqueçamos que mesmo Brasil, Argentina e Chile os adquiriram naquele momento) e o Império acabou investindo nesse projeto. Em 1914, além de submarinos, cruzadores,

destróieres e vários encouraçados obsoletos, o Império dispunha de quatro modernos encouraçados do tipo Dreadnought, todos da classe Tegetthoff, os SMS *Viribus Unitis* (1911), SMS *Tegetthoff* (1912), SMS *Prinz Eugen* (1912) e o SMS *Szent István* (1914). Perto dos vinte e nove Dreadnought britânicos ou dos dezessete alemães, uma frota pequena, mas comparável aos seis italianos ou aos quatro franceses, o que reforçava o status imperial de Viena¹³.

Apesar desse ativismo, contudo, a postura das elites imperiais era realmente mais reativa do que ativa, sendo a sua prioridade evitar que os vizinhos e as potências maiores o retalhassem e/ou o reduzissem a uma entidade política insignificante. E isso, cada vez mais, estava a se decidir nos Balcãs.

Com efeito, com a expulsão do Império da Itália e da Alemanha, o foco central de ação austro-húngara passou a ser os Balcãs, justamente uma das áreas mais instáveis da época. Naquele momento, vários Estados estavam a ser constituídos e/ou reconstituídos na esteira do enfraquecimento do Império turco-otomano, tais como Sérvia, Grécia, Bulgária, Romênia e outros. À medida que tais Estados cresciam e iam expulsando os turcos da região (especialmente nas guerras balcânicas de 1912-1913), ampliava-se a influência russa e, em menor medida, italiana, o que preocupava os planejadores estratégicos austro-húngaros. A questão da Albânia, na qual o Império competia por influência com a Itália, é um exemplo suficiente¹⁴.

Do mesmo modo, vários desses novos Estados começavam a olhar para os territórios pertencentes ao Império como partes integrantes das suas próprias Nações e muitos sérvios ou romenos consideravam natural que o Império Austro-Húngaro deveria ceder territórios como a Bósnia, a Eslovênia, a Croácia ou a Transilvânia aos seus novos Estados nacionais. O mesmo poderia ser dito da Itália com relação à Trento e Trieste, além da Dalmácia. Esses desejos dos vizinhos eram muitas vezes contemporizados e negociados e, por muitos anos, as relações com Roma ou Belgrado foram positivas e até amigáveis. Mesmo assim, algum tipo de tensão latente estava sempre presente.

Com efeito, essas ambições dos vizinhos do Império (a qual poderia ser acrescentada a russa pela Galícia ou por portos no Adriático, junto de uma fortalecida Sérvia) eram um pano de fundo contínuo a ser levado em consideração. Os dirigentes de Viena e Budapeste tinham que lidar com essas demandas com o poder militar, econômico e simbólico de que dispunham.

Na verdade, o poder militar e econômico é sempre relativo. A Áustria-Hungria era certamente mais poderosa do que a Sérvia ou a Romênia e poderia, provavelmente, fazer frente à Itália e ao Império turco-otomano. A França e a Inglaterra estavam distantes e não tinham grandes pontos de atrito com o Império. Seu problema central, como visto, eram os Balcãs. Era ali que o seu status de grande potência era desafiado e de onde vinham (além do caso tcheco, bastante particular) as principais demandas nacionalistas que questionavam a existência do Estado e/ou o domínio dos alemães e húngaros

dentro dele.

O grande problema era que, atrás de todos esses problemas, estava outra potência: o Império russo, contra o qual o Império Austro-Húngaro não podia esperar fazer frente sozinho. O Império russo podia estar ainda mais atrasado do que o austro-húngaro nos caminhos da modernidade, mas a simples massa de recursos que ele podia mobilizar era muito maior do que Viena e Budapeste podiam dar conta.

Por esse motivo, a escolha estratégica do Império Austro-Húngaro, a partir da segunda metade do século XIX, foi tentar manter relações ao menos cordiais com a Itália e costurar uma aliança estratégica com a Alemanha, a única que poderia bancar a Áustria-Hungria no caso de uma guerra com a Rússia e que, dentro do sistema montado por Bismarck, considerava útil uma aproximação com a antiga rival. Um tratado de aliança foi assinado em 1879 e, com a adição da Itália, surgiu a Tríplice Aliança, em 1882. Essa escolha foi crucial para explicar nem tanto a eclosão da Primeira Guerra Mundial, mas a sua expansão para além de uma escaramuça entre a Sérvia e o Império Austro-Húngaro.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O cenário austro-húngaro, portanto, era o de uma antiga potência europeia que se modernizava em ritmo acelerado em termos econômicos e militares, mas não no ritmo suficiente para acompanhar vizinhos muito mais poderosos. Mesmo tendo consciência disso, suas elites não podiam aceitar o desmembramento do país ou que ele fosse relevado a uma posição inferiorizada no rol dos grandes poderes. Resolver esse problema era uma das questões centrais do debate entre as elites políticas, diplomáticas e militares entre o final do século XIX e o início do século XX.

Esse debate se articulava plenamente, por sua vez, com um interno, sobre como gerir o problema das nacionalidades, superar e/ou renovar o modelo dos dois Estados, com seus problemas e desvantagens, e sobre como acomodar os interesses e as expectativas de mudança das nacionalidades e dos grupos dominados com as dos dominantes. Por fim, uma questão crucial do debate interno era como lidar com as forças da modernidade capitalista e democrática que iam lentamente mudando a Europa.

Em 1914, o Império Austro-Húngaro era claramente um Estado que não havia se convertido em uma democracia parlamentar moderna e em uma economia industrial desenvolvida, como a Inglaterra, mas não era mais um Estado quase de Antigo Regime, como a Rússia. Ele estava, provavelmente, mais próximo do modelo alemão, ainda que o capitalismo alemão tivesse se desenvolvido muito mais. Essas forças estavam em crescimento ou em retirada? E deviam ser combatidas, estimuladas ou controladas? Debates dos historiadores contemporâneos, mas que, em outros termos, estavam no ar na-

queles anos e que foram cruciais para explicar a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Algumas alternativas estavam disponíveis. Os socialistas austríacos, por exemplo, lutavam por conquistas sociais e pela consolidação do sistema liberal, de forma que a democracia acabasse por renovar e modernizar o Império, a ser convertido em uma federação de povos. Já o grupo ligado ao arquiduque Francisco Ferdinando acreditava na necessidade de eliminar a autonomia excessiva dos húngaros, dar mais espaço aos eslavos do sul dentro de uma nova reorganização do espaço imperial e ampliar a sua ação internacional, mas sem abolir o poder da dinastia reinante e evitando choques com a Sérvia e a Rússia.

Já as forças mais reacionárias e militaristas, como as representadas pelo chefe do Estado-Maior Imperial, general Conrad Von Hotzendorf, acreditavam que apenas uma postura de força poderia impedir a ascensão das forças democráticas e nacionalistas no interior do Estado e o declínio de sua posição internacional. Ataques preventivos e decisivos contra a Itália ou a Sérvia poderiam não apenas eliminar potenciais inimigos do país e fontes de agitação nacionalista interna, como ressaltar o prestígio internacional da Áustria-Hungria. Por fim, uma renovação em bases militaristas da sociedade poderia muito bem servir para restaurar o poder dos alemães austríacos frente aos eslavos e mesmo aos húngaros. Hotzendorf, aliás, era um darwinista social e um militarista tão convicto que já havia sugerido guerras preventivas contra a Itália e a Sérvia várias vezes antes de 1914¹⁵.

Não espanta, aliás, que foi em círculos intelectuais e políticos da Áustria que tenham surgido os principais movimentos e pensadores antisemitas e defensores da supremacia alemã da época. Muitos alemães se sentiam incomodados com a ascensão (real ou imaginária) dos eslavos, dos judeus e das forças democráticas e modernas que pareciam indicar que a era de dominação alemã e das elites tradicionais naquele Império se aproximava do fim. As respostas desses círculos radicais podiam variar desde uma reforçada fidelidade à Monarquia ou ao catolicismo (combinada com novos elementos, como o antisemitismo ou um antiliberalismo declarado), como no *Christlichsoziale Partei* de Karl Lueger. Ou, ainda, na rejeição da Monarquia e da própria independência austríaca em favor de uma ordem política ainda mais reacionária e que priorizava a etnia alemã, como a de Georg Ritter Von Schönerer ou a do jovem Adolf Hitler.

Enfim, o importante a observar é que, se política interna e externa estão sempre imbricadas na maior parte dos Estados, o caso austro-húngaro em 1914 é realmente particular, já que essa associação era tão forte que não podia ser decomposta em partes individuais.

Anos atrás, o historiador Arno Mayer¹⁶ causou polêmica com a sua tese de que o Antigo Regime não havia sido eliminado, na Europa, na esteira

das revoluções inglesa e francesa, mas permanecido em posição dominante até as duas guerras mundiais. Na sua visão, as elites aristocráticas europeias teriam sido capazes de controlar a onda democrática e a ascensão da burguesia, mas, ainda assim, estavam temerosas pelo futuro e considerando que apenas a guerra poderia restaurar a sua posição no interno de suas sociedades. Isso teria promovido um ethos militarista que teria levado ao conflito em 1914, numa tentativa das elites aristocráticas de reverter até mesmo os poucos avanços democráticos obtidos até então. O fato de ter sido justamente a guerra que acabou por favorecer a expansão da democracia e o fim dos regimes aristocráticos na Europa após 1918 e 1945 não mudaria, no seu entendimento, esse dado de fundo.

A tese de Mayer causou, como seria de se esperar, imensos debates, já que, ao contrário da historiografia tradicional, que explicava o conflito por questões de disputa imperialista ou de política externa, transferia para a política interna dos países europeus e o equilíbrio entre as classes sociais a responsabilidade pela eclosão do conflito mundial em 1914. Ele também considerava que a flecha da história, em 1914, não indicava uma sociedade europeia em que uma burguesia triunfante convivia e ia eliminando os “restos” da antiga sociedade, mas uma em que essa última estava sendo capaz de metabolizar as novidades da modernidade e manter o seu domínio. Uma inversão da perspectiva tradicional, especialmente a marxista.

Uma das maiores críticas que podemos fazer ao trabalho de Mayer é que ele uniformizou realidades distintas. No caso da Inglaterra e da França, por exemplo, o processo de modernização capitalista e democrática já estava tão avançado que as forças da antiga ordem estavam em franca retirada e/ou sendo absorvidas enquanto, em casos como o da Rússia, era justamente o contrário. A tese de Mayer, provavelmente, serviria melhor para a modernização autoritária da Alemanha e, acima de tudo, para o caso da Áustria-Hungria.

Do mesmo modo, ainda que houvesse questões de política interna imbricadas às de política externa em todos os países europeus, os elementos centrais que levaram França, Inglaterra ou Itália a entrarem no conflito foram de ordem externa, econômicas ou estratégicas. No caso alemão, é possível que o crescente questionamento da ordem tradicional pelas classes trabalhadoras possa ter estimulado o militarismo prussiano, mas também aqui motivações de poder e prestígio internacional estavam presentes.

É no caso austro-húngaro, provavelmente, que as teses de Mayer ganham mais substância, ainda mais porque o país tinha ambições internacionais limitadas e no qual, portanto, o sonho imperial jogou um peso menor. Não que elas não existissem, especialmente no tocante à manutenção do status de grande potência e à penetração econômica e estratégica na direção dos Balcãs e da Turquia¹⁷. Do mesmo modo, depois da entrada na guerra e com o seu prosseguimento, as ambições imperialistas do Império cresceram, es-

pecialmente nos Balcãs, até para justificar os imensos sacrifícios, e, muitas vezes, em oposição aos seus aliados búlgaros e alemães¹⁸. Num primeiro momento, contudo, as ambições externas da Áustria-Hungria parecem ter sido insuficientes para explicar a decisão de uma guerra, a qual, talvez, mereça ser vista também pela ótica dos equilíbrios de poder internos.

Com efeito, uma parte substancial das elites militares, diplomáticas e políticas sentia o seu poder interno sendo minado pelas forças da mudança social e pelo crescente papel do nacionalismo e o seu prestígio internacional em cheque. A decisão de entrar em guerra representou a vitória daquelas forças reacionárias e tradicionais que Arno Mayer tanto criticou e a esperança dessas forças de restaurar seus privilégios, poder e prestígio (internos e externos) através da mesma. Tais esperanças foram, claro, frustradas pelo fato de o conflito ter se estendido e se prolongado para muito além do imaginado.

Dessa forma, após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em junho de 1914, Viena apresentou um ultimato extremamente duro à Sérvia, praticamente obrigando-a a recusar. Tal recusa provocou a declaração de guerra austro-húngara em 28 de julho de 1914 e, num movimento de cascata, o início de uma guerra geral dias depois. O fato de a Áustria-Hungria só se dispor a declarar guerra contra a Sérvia (e a Rússia) após ter obtido o apoio alemão tornou ainda mais difícil evitar essa escalada do conflito, que logo se tornou europeu e mundial. Dentro da política – interna e externa – da Áustria-Hungria está, portanto, uma boa parte das contradições e crises que levaram ao suicídio europeu a partir de 1914, o que é tradicionalmente ignorado em favor de um foco maior nas responsabilidades da Alemanha¹⁹.

As elites austro-húngaras cometeram, assim, um erro crucial em 1914? Não há como negar isso. Barbara Tuchman, de forma embrionária, e, mais recentemente, Christopher Clark²⁰, destacaram como a Primeira Guerra Mundial teve origem a partir da incapacidade dos tomadores de decisão europeus em entenderem o que estava a acontecer e de responderem a isso de uma forma adequada. A crítica a essa análise, claro, é que os tomadores de decisão não eram totalmente livres e que nem sempre eles podiam se dar ao luxo de romper com estruturas geopolíticas, mapas mentais ou contingências políticas internas e externas que eles não controlavam.

Do mesmo modo, eles não podiam saber aonde suas ações os levariam, a não ser quando não era mais possível a reversão da rota. No caso dos austro-húngaros, isso é ainda mais relevante. Hoje, é fácil reconhecer como a decisão de entrar em guerra representou o fim do Império. Em 1914, contudo, apesar das fortes hesitações e dúvidas, era possível imaginar que a guerra seria rápida e com efeitos positivos para o Estado e para os que o comandavam.

O IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

Foram os austro-húngaros que dispararam os primeiros tiros do confli-

to ao invadirem a Sérvia já em agosto de 1914, tendo sido obrigados a bater em retirada. A ação militar imperial nos primeiros meses de conflito revelou de imediato as debilidades da máquina de guerra de Viena e de Budapeste e a dependência da alemã.

Em termos estratégicos, um dos objetivos centrais da obsessão do general von Hotzendorf em desfechar ataques preventivos contra a Sérvia (o que ele sugeriu por inúmeras vezes entre 1908 e 1914) ou contra a Itália (como em 1908 e 1911) era evitar que os austro-húngaros tivessem que combater simultaneamente em várias frentes. No entanto, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, foi justamente esse cenário que as tropas de Viena e Budapeste tiveram que dar conta. Pequenos contingentes austro-húngaros foram empenhados na Palestina e na França²¹ e tropas imperiais ocuparam territórios na Albânia, Sérvia, Montenegro, Albânia, Romênia, Itália e Ucrânia²². Além disso, houve escaramuças no mar Adriático contra os italianos e o Exército imperial combateu extensivamente nos Balcãs (contra a Sérvia e na invasão do Montenegro e da Albânia), na Itália (após 1915) e, especialmente, na frente oriental, contra a Romênia (depois de 1916) e, acima de tudo, contra os russos²³.

O plano de guerra austro-húngaro de 1914, concebido pelo general Von Hotzendorf, indicava o envio de um Exército para invadir a Sérvia e de outro para conter os russos na fronteira da Galícia, enquanto um terceiro grupo de tropas ficaria na reserva. Confiando que os alemães os apoiariam na contenção dos russos (cuja mobilização, aliás, demoraria), as tropas de reserva também foram encaminhadas para a fronteira sérvia. Quando ficou claro, contudo, que a mobilização russa caminhava mais rápido do que o previsto e que os alemães priorizavam a invasão da França, a reserva teve que ser chamada de volta, mas não chegou a tempo de alterar as coisas.

Para tornar a situação ainda mais temível, os austro-húngaros, sob ordens diretas de von Hotzendorf, tomaram uma atitude ofensiva contra os russos, muito mais numerosos. O resultado foi o colapso total daquela frente em apenas alguns meses. Entre agosto e setembro de 1914, as perdas austro-húngaras foram imensas, fortalezas consideradas inexpugnáveis, como Przemyśl, foram perdidas e vastos territórios imperiais na Galícia caíram sob o controle russo. Ficou evidente que, sem a ajuda alemã, o Império Austro-Húngaro não teria nenhuma chance de vitória contra as tropas czaristas.

Na luta entre os três grandes Impérios da Europa oriental (a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia) nos anos a seguir, esse padrão se repetiu. Todas as vezes que enfrentavam os russos, os austro-húngaros tendiam a ser derrotados e apenas a chegada maciça de tropas alemãs, mais bem armadas e adestradas, invertia a situação.

Já em 1914, como visto, os russos tinham, por volta de setembro, matado, ferido ou capturado mais de 400 mil soldados imperiais e ameaçavam

avançar pela planície húngara. Apenas o auxílio alemão salvou os austro-húngaros do colapso. Em 1915, uma decisiva ação alemã na frente oriental colocou os russos na defensiva e eles sofreram algumas derrotas de peso. De fato, em 1915, o Exército russo sofreu a grande derrota de Gorlice-Tarnow e teve suas tropas expulsas do saliente polonês. Dezenas de divisões russas foram destruídas e soldados alemães entraram em Varsóvia, Vilna, Brest e Kovno, o que aliviou a situação estratégica do Império Austro-Húngaro.

Em 1916, com os alemães engajados no Ocidente, os russos tiveram tempo para absorver novos recrutas e armas e preparar uma nova ofensiva geral, conhecida como “Ofensiva Brusilov”, desfechada em junho desse ano. Mais de 1,5 milhão de alemães e, especialmente, austro-húngaros foram mortos, feridos ou capturados entre junho e agosto de 1916 e vinte mil quilômetros quadrados de território capturados, naquele que foi um imenso sucesso das tropas czaristas. Tropas alemãs foram rapidamente transferidas, contudo, da frente ocidental e soldados austríacos voltaram da Itália, permitindo aos germânicos restaurar o equilíbrio. Mesmo assim, a “Ofensiva Brusilov” representou um golpe mortal para o Exército austro-húngaro na frente oriental. Ele estava sendo sangrado, igualmente, na frente italiana.

Em 24 de maio de 1915, a Itália declarou guerra à Áustria-Hungria e, em 1916, à Alemanha, confiante que teria um conflito curto, com poucas baixas e grandes ganhos. Em junho de 1915, os italianos atacaram, no que seria a primeira de doze ofensivas entre 1915 e 1916. Nessas ofensivas, os italianos foram derrotados, mas as perdas austro-húngaras em homens e material também foram grandes²⁴. Em maio de 1916, por fim, a Áustria-Hungria lançou a sua Strafexpedition, uma campanha concebida pelo general von Hotzendorf para golpear decisivamente a Itália. Seu fracasso foi um sinal evidente que a capacidade do k.u.k. para lançar operações de forma independente não existia mais. Apenas em outubro de 1917, com maciço apoio alemão, é que os austro-húngaros lançaram uma contra ofensiva bem sucedida na frente italiana, que culminou na Batalha de Caporetto, a qual custou quase 300 mil baixas aos italianos.

O Exército italiano só voltou à ofensiva em 1918, quando uma ofensiva vitoriosa, a de Vittorio Vêneto, foi lançada e ajudou a destruir o Exército austro-húngaro. Nessa ofensiva, contudo, ele só teve sucesso graças à situação de quase que total colapso do Estado austro-húngaro e a substancial apoio francês e, especialmente, inglês.

Na verdade, o Império Austro-Húngaro lutou de forma muito melhor do que muitos supunham de início. Ao contrário do previsto, a maior parte das nacionalidades se revelou fiel ao Império (ao menos, até as fases finais da guerra) e ao imperador e os casos de deserção ou deslealdade foram relativamente poucos, com a exceção dos tchecos. Alemães, húngaros, eslovenos, bósnios e croatas se revelaram confiáveis, enquanto muitos sérvios ou polo-

neses combateram contra os italianos com tenacidade. Apesar de perdas gigantescas (1,2 milhão de mortes e quase 3,6 milhões de feridos e prisioneiros) e da crescente desconfiança do Alto Comando frente a seus soldados dado o crescimento das agitações nacionalistas e sociais²⁵, o Exército manteve-se em linha até o fim, só se dissolvendo nos momentos finais.

A capacidade produtiva austro-húngara também foi capaz de sustentar minimamente os seus militares em quatro anos de conflito, ainda que sem a relativa abundância de recursos dos alemães e, especialmente, dos Aliados²⁶. Em 1917-1918, o Império havia vencido a Sérvia, a Romênia e a Rússia e continha as forças italianas. O custo, contudo, havia sido extremo e as tropas de Viena e Budapeste haviam atingido seu limite.

A situação militar austro-húngara em 1918, com certeza, era extremamente difícil, mas o colapso final só se deu dentro de uma crise social, política e institucional que se articulou com a dimensão militar. O imenso esforço de guerra havia revelado as debilidades econômicas e institucionais do Império. A falta de ferrovias, capacidade industrial e matérias primas pagou o seu preço e a carência de alimentos levou à fome generalizada em Viena e em outras cidades²⁷.

Tal carência veio da perda de importantes áreas agrícolas na Galícia, do bloqueio naval aliado e da diminuição dos envios de alimentos por parte da Hungria, indicando como a dificuldade em fazer as duas metades do Império caminhar juntas, já existentes em tempo de paz, se tornaram críticas durante a guerra²⁸. À crise econômica e social e aos problemas militares se uniu uma crise de legitimidade do poder, especialmente depois da morte do imperador Francisco José, em 1916.

Entre os historiadores, não há consenso sobre o ponto exato em que a ruptura interna passou de possível para inevitável e em que as nacionalidades passaram a ver seu futuro inevitavelmente fora do Império. A publicação dos 18 pontos do Presidente Wilson (8/1/1918), a assinatura do tratado de Brest-Litovsk²⁹ (3/3/1918), o fracasso da ofensiva alemã na França e o início da contraofensiva aliada (8/8/1918), os pedidos de armistício da Bulgária (28/9/1918) e do Império Turco-otomano (30/10/1918) e a vitória italiana em Vittorio Veneto (24/10/1918) são alguns desses possíveis pontos de “não retorno”.

O importante, nesse ponto, é compreender que as forças armadas imperiais, em 1918, tinham sido, sem dúvida, derrotadas. Mesmo assim, enquanto o Exército alemão retornou para casa depois da derrota e o Estado alemão continuou a existir, ainda que em outra roupagem, os Exércitos imperiais literalmente se dissolveram, assim como o Estado a que serviam. Isso indica uma dinâmica diversa, de um Estado que “implodiu” ou “foi implodido” pela derrota militar e pela paralela crise social e do sistema político.

Na verdade, o principal debate historiográfico sobre o Império Austro-

-Húngaro continua a ser, justamente, sobre as razões do seu desmoronamento, as quais oscilam, em linhas gerais, entre dois pólos. De um lado, os que identificam razões internas – normalmente, as pressões nacionalistas - como a fonte da decadência, como se o destino do Império tivesse sido apenas acelerado pela guerra. Do outro, os que localizam nas pressões externas - a guerra – o elemento crucial que destruiu uma estrutura política que estava a se reformar e que poderia ter sobrevivido³⁰. Ninguém discorda que ambos os aspectos estiveram presentes, mas o grau de articulação das pressões internas e externas é ainda tema de debate.

A única conclusão possível é que, com a guerra, o Império Austro-Húngaro conseguiu exatamente o que tentava evitar, ou seja, o seu próprio fim, não apenas como grande potência, mas como Estado e sociedade. Ironicamente, mesmo uma vitória alemã na guerra teria sido uma derrota austro-húngara, pois a dependência do Império do aliado mais forte já havia se tornado quase um protetorado e isso prosseguiria, provavelmente, numa Europa na qual a Alemanha fosse vencedora³¹. Se um dos seus objetivos, na guerra, era reforçar seu status de grande potência e independência dentro da aliança germânica, os resultados obtidos foram exatamente os opostos.

CONCLUSÕES

A modernização incompleta e a construção de uma geometria de poder ainda não plenamente burguesa, mas não mais absolutista, não eram, com certeza, questões exclusivamente austríacas, assim como o problema dos nacionalismos. Em termos políticos, é provável que o Império Austro-Húngaro estivesse mais perto do caso alemão, enquanto, em termos de problemas de nacionalidades, o caso russo ou otomano eram os mais próximos. Na sua modernização capitalista e industrial incompleta, por sua vez, é provável que o Império estivesse mais perto do modelo italiano, incluindo uma dicotomia industrial-agrária longe de absoluta, mas existente, entre as suas duas metades, assim como a Itália a tinha entre o sul e o norte. Os Impérios russo ou alemão ou as democracias inglesa ou francesa também tinham suas crises institucionais e de legitimidade e havia falhas nos processos decisórios. No caso austro-húngaro, contudo, esses problemas eram potencializados.

O maior problema austro-húngaro, provavelmente, é que a modernização econômica incompleta e a complexa engenharia política criada em 1867 podiam ser suficientes para garantir a sobrevivência de um Estado mais homogêneo, com poucas ameaças nas fronteiras ou com poucas pretensões de “grande potência”. Não era esse, contudo, o caso do Império Austro-Húngaro, que tinha que gerenciar uma sociedade heterogênea em pleno despertar dos nacionalismos, estava numa das áreas mais instáveis geopoliticamente da Europa e cujas elites acreditavam firmemente que o Império era e deveria continuar a ser uma grande potência.

Em outras palavras, mesmo passando por um processo de modernização econômica e industrial que se refletiu numa militar e do Estado, os recursos a disposição de Viena e Budapeste para agir internacionalmente se tornavam, proporcionalmente, cada vez menores no decorrer do período 1867-1914. Do mesmo modo, apesar de a estrutura social e política montada para resolver os problemas de múltiplas nacionalidades na “era dos nacionalismos” ter sido bem sucedida (já que o Império sobreviveu até praticamente os últimos dias da guerra), ela também se revelou complexa demais e, no limite, ineficiente frente a Estados com processos decisórios e de legitimização do poder mais claros.

No decorrer do “longo século XIX”, fica evidente, dessa forma, que a posição internacional do Estado austro-húngaro foi se tornando cada vez mais precária. Mesmo sem ambições de uma Weltpolitik como a Alemanha, o Império tinha pretensões de continuar a exercer um papel independente nas relações internacionais europeias, mas ele foi sendo cada vez mais marginalizado e colocado na dependência do poder alemão, até a perda quase total de autonomia após 1914. Richard Bosworth chamou a Itália de “a última das grandes potências”³². É a se questionar se esse título não deveria ser do Império Austro-Húngaro ou, mesmo, se o Império já não havia abandonado esse status ao final do século XIX.

Essa dicotomia entre o desejo de permanecer ou ser reconhecido no rol das grandes potências sem ter os recursos necessários para tanto também não foi uma exclusividade austríaca. A Itália, por exemplo, também foi afetada por ela. No entanto, enquanto a tentativa italiana de exercer o papel de grande potência acabou por atrair desgraças e problemas apenas a ela, a austro-húngara, até pela sua posição geográfica e pela sua ligação direta com a grande potência europeia em ascensão em 1914 - a Alemanha - destruiu não apenas o seu próprio Estado e a sua própria sociedade, mas todo um continente e uma civilização.

O pano de fundo da Primeira Guerra Mundial pode ter sido a disputa pelo poder mundial entre as potências de primeiro time, como a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e a França. Em Viena e Budapeste, contudo, também se tomaram resoluções cruciais que levaram a eclosão do conflito em 1914 e, se o Império Austro-Húngaro foi um participante importante no mundo pré-1914, suas responsabilidades na eclosão do conflito que destruiu esse mundo não devem ser esquecidas.

NOTAS

¹ O único texto geral que conheço é MARTINS, Estevão de Rezende. Império Austro-Húngaro: finis Austriae ou o ocaso da Monarquia do Danúbio. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Campus, 2009, p. 205-214.

² Para a redação das partes mais gerais, foram úteis os trabalhos de KANN, Robert. *A History of*

the Habsburg Empire, 1526-1918. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1980; TAYLOR, A.J.P. *La Monarchia Asburgica*. Milano: Mondadori, 1985 e PALMER, Alan. *Francesco Giuseppe: Il lungo crepuscolo degli Asburgo*. Milano: Mondadori, 1995. Ainda que num caráter anedótico e jornalístico, também é útil WINDER, Simon. *Danubia – A personal history of Habsburg Europe*. New York: Ferrar, Straus & Giroux, 2014.

³ Sobre o Congresso de Viena e o consenso conservador entre as elites europeias, ver Kissinger, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

⁴ BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, capítulo 2.

⁵ GOOD, David. *The economic rise of the Habsburg Empire, 1750-1914*. Berkeley: University of California Press, 1984. O capítulo conclusivo (p. 237-256), comparando o desempenho econômico do Império com as outras potências da época, é especialmente instrutivo.

⁶ SCHORSKE, Karl. *Viena fin de Siècle*. Política e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; HOBSBAWM, Eric. *Tempos fraturados*. Cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁷ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.149 e 343.

⁸ BECKETT, Ian. *La Prima Guerra Mondiale*. Dodici punti di svolta. Torino: Einaudi, 2013, p. 165.

⁹ Sobre as forças armadas imperiais, ver, entre muitos outros, ALLMAYER-BECK, Johann Christoph e LESSING, Erich. *Die K. (u.) K.-Armee, 1848-1914*. München: Gütersloh; Wien: Bertelsmann, 1974. Sobre o tópico das nacionalidades dentro das forças armadas, ver, por exemplo, DÉÁK, István. *Gli Ufficiali della Monarchia Asburgica*. Oltre il nazionalismo 1848-1918. Gorizia: Editrice Goriziana, 1994 e SONDHHAUS, Lawrence. *In the Service of the Emperor: Italians in the Austrian Armed Forces, 1814-1918*. Boulder, CO: East European Monographs, 1990. Em português, o único texto que conheço é ROTHENBERG, Gunther. O Exército do Império Austro-Húngaro no período de 1868 a 1918: o estudo de um caso de força multiétnica In: WEIGLEY, Russell. *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, v. 2, p. 273-288.

¹⁰ LACKEY, Scott W. *The rebirth of the Habsburg Army: Friedrich Beck and the rise of the General Staff*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1995.

¹¹ PETER, Ernest. *Die k. u. k. Luftschiffer und Fliegertruppe Österreich-Ungarns: 1794-1919*. Stuttgart: Motorbuch-Verlag, 1981.

¹² http://www.hawaiiilibrary.net/articles/eight-nation_alliance. Acesso em 3/2/2015.

¹³ SONDHHAUS, Lawrence. *The Habsburg Empire and the sea: Austrian naval policy, 1797-1866*. West Lafayette, Ind.: Purdue University Press, 1989 e *The naval policy of Austria-Hungary, 1867-1918: navalism, industrial development, and the politics of dualism*. West Lafayette, Ind.: Purdue University Press; 1994.

¹⁴ Sobre a política austro-húngara para os Balcãs durante esse período, ver KOS, Franz-Josef. *Die politischen und wirtschaftlichen Interessen Österreich-Ungarns und Deutschlands in Südosteuropa 1912 - 1913: die Adriaafen, die Saloniki und die Kavallafrage*. Vienna und Weimar: Bohlau Verlag, 1996 e *Die Politik Österreich-Ungarns während der Orientkrise 1874/75-1879: Zum Verhältnis von politischer und militärischer Führung*, Köln: Bohlau Verlag, 1996.

¹⁵ Hotzendorf realmente foi uma figura de extrema importância na espiral militarista que levou o Império e o mundo à guerra. Ver, a respeito, DORNIK, Wolfram. *Des Kaisers Falke*.

Wirken und Nach-Wirken von Franz Conrad von Hötzendorf. Innsbruck: Studienverlag, 2013 e, especialmente, SONDHAUS, Lawrence. *Franz Conrad von Hötzendorf. Architect of the apocalypse*. Boston: Verlag Humanity Press, 2000.

¹⁶ MAYER, Arno. *A força da tradição: A persistência do Antigo Regime, 1848-1914*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁷ SCIARRONE, Roberto. Gli imperi centrali e i Balcani. La penetrazione economica dell’Austria-Ungheria nella penisola balcanica e nell’Asia Minore. In: MOTTA, Giuseppe. *Le guerre balcaniche e la fine del “secolo lungo”*. Atti del Convegno di Târgu Mures. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013, p. 71-78.

¹⁸ Ver, especialmente, WARGELIN, Clifford. A high price for bread: The first treaty of Brest-Litovsk and the break-up of Austria-Hungary, 1917-1918. *The International History Review*. 19, 4, p. 757-788, 1997 e FRIED, Marvin. *Austro-Hungarian war aims in the Balkans during World War I*. London: Palgrave Macmillan, 2014. Do mesmo autor, sobre as relações do Império com a Albânia, The cornerstone of Balkan power projection: Austro-Hungarian war aims and the problem of Albanian neutrality, 1914–1918. *Diplomacy & Statecraft*, 23, 3, p. 425-445, 2012.

¹⁹ Aproximo-me, nesse aspecto, das conclusões de Samuel Williamson sobre as responsabilidades da Áustria-Hungria na deflagração do primeiro conflito mundial. WILLIAMSON, Samuel R. Jr. The origins of World War I. *The Journal of Interdisciplinary History*, 18, 4, p. 795-818, 1988 e *Austria-Hungary and the origins of the First World War*. New York: St. Martin’s Press, 1991

²⁰ TUCHMAN, Barbara. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994 e CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe went to war in 1914*. London: Allen Lane, 2012.

²¹ As unidades de artilharia pesada austríaca eram especialmente bem vistas pelos turcos e alemães, que solicitaram a sua presença nas linhas de frente já no início da guerra. Em 1918, quatro divisões austro-húngaras foram enviadas à frente ocidental para apoiar a ofensiva geral alemã daquele ano. Ver, entre outros, LAPARRA, Jean-Claude. *Le prix de l’alliance: Les Austro-Hongrois sur le front Ouest*. Ysec Editions: Louviers, 2002 e FISCHER, Robert-Tarek. *Österreich-Ungarns Kampf um das Heilige Land. Kaiserliche Palästinapolitik im Ersten Weltkrieg*. Bern und Frankfurt: Peter Lang, 2014.

²² Sobre as várias políticas de ocupação austro-húngara durante a guerra, ver, como exemplo, SCHEER, Tamara. *Zwischen Front und Heimat: Österreich-Ungarns Militärverwaltungen im Ersten Weltkrieg*. Frankfurt: Peter Lang, 2009 e GUMZ, Jonathan E. *The resurrection and collapse of Empire in Habsburg Serbia, 1914–1918*. New York: Cambridge University Press, 2009.

²³ O mais minucioso relato (1222 páginas) das batalhas e das ações militares do Império durante a guerra é RAUCHENSTEINER, Manfred. *Der Erste Weltkrieg und das Ende der Habsburgermonarchie 1914–1918*. Wien: [Böhlau Verlag](http://www.bohlau-verlag.com), 2013. Um manancial de informações, ainda que, obviamente, datado tanto em termos metodológicos como ideológicos, é GLAISE-HORSTENAU, Edmund. *Österreich-Ungarns letzter Krieg 1914–1918*. Wien: Verlag der Militärwissenschaftlichen Mitteilungen, 1930–39, 7 volumes, disponível em <http://www.univie.ac.at/voeb/blog/?p=30010>. Uma tradução livre para o inglês das suas milhares de páginas está em <http://www.comroestudios.com/StamHanna/>. Ambos os acessos em 25/1/2015.

²⁴ Sobre o fronte italiano, em português, ver BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*, citado, capítulo 5 e *A Primeira Guerra Mundial – O conflito que mudou o mundo*. Maringá: Eduem,

2011. Sobre o Exército imperial nesse frente, é muito informativo CAPPELLANO, Filippo. *L'imperial regio Esercito austro-ungarico sul fronte italiano (1915-1918)*: dai documenti del Servizio informazioni dell'Esercito italiano. Rovereto: Museo Storico Italiano della guerra, 2002.

²⁵ CORNWALL, Mark. *Morale and Patriotism in the Austro-Hungarian Army, 1914-1918*. In: HORNE, John (ed.) *State, Society and Mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 173-191 e The Habsburg monarchy: "National Trinity" and the elasticity of national allegiance. In: BAYCROFT, Timothy e HEWITSON, Mark (eds.) *What is a Nation? Europe 1789-1914*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 171-191.

²⁶ Sobre a mobilização para a guerra, ver KANN, Robert (ed.). *The Habsburg Empire in World War I*: essays on the intellectual, military, political, and economic aspects of the Habsburg war effort. Boulder: East European Monographs, 1977 e os recentes ORTNER, Christian. *Die k. u. k. Armee und ihr letzter Krieg*. Wien: Carl Gerold's Sohn, 2013 e WATSON, Alexander. *Ring of steel: Germany and Austria-Hungary at war, 1914-1918*. London: Penguin Books, 2014.

²⁷ Sobre a guerra em Viena e o problema da fome, ver HEALY, Maureen. *Vienna and the fall of the Habsburg Empire: total war and everyday life in World War I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, especialmente cap. 1.

²⁸ WARGELIN, Clifford. The economic collapse of Austro-Hungarian dualism, 1914-1918. *East European Quarterly*, 34, 3, p. 261-288, 2000.

²⁹ O Tratado de Brest-Litovsk e as imensas concessões austríacas à Alemanha teriam frustrado muitas forças, especialmente os poloneses, ainda leais à Monarquia e revelado aos Aliados a impossibilidade de separar Viena e Budapeste do domínio de Berlim, com consequências políticas expressivas. Ver WARGELIN, Clifford. A high price for bread, citado. Isso pode explicar, igualmente, porque a propaganda aliada, especialmente a italiana, passou a enfatizar o apelo às nacionalidades do Império a partir desse momento. Ver CORNWALL, Mark. *The undermining of Austria-Hungary: the battle for hearts and minds*. London and New York: [Palgrave Macmillan](#), 2000.

³⁰ Para exemplos das duas correntes, VALIANI, Leo. *La dissoluzione dell'Austria-Ungheria*. Milano: Il Saggiatore, 1996 e FEITJO, François. *Réquiem pour un empire défunt. Histoire de la destruction de l'Autriche-Hongrie*. Paris: Le Seuil, 1992. O uso dos termos "dissolução" e "destruição" não é, nesse contexto, ocasional. Dentro do universo anglo-saxão, um bom resumo do mesmo debate e sua contextualização em termos europeus está em SKED, Alan. The European Empires: a case of fall without decline? In: BRIX, Emil; KOCH, Klaus e VYSLONZIL, Elisabeth. *The decline of Empires*. Vienna: Verlag für Geschichte und Politik; Munich: Oldenbourg, 2001, p. 149-173.

³¹ SHANAFELT, Gary. *The secret enemy: Austria-Hungary and the German alliance, 1914-1918*. New York: Columbia University Press, 1985.

³² BOSWORTH, Richard. *Italy, the least of the Great Powers: Italian foreign policy before the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Artigo recebido em janeiro de 2015. Aceito em agosto de 2015.